

★ continuação Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024 da Construtora Sultepa S.A.

13. Imobilizado - Intangível: Tabelas de Depreciação para Máquinas e Equipamentos, Veículos e Outros em 2023 e 2024, incluindo saldos e depreciações.

a) Bens Reavaliados: As contas de imobilizado incluem R\$ 60.426 (R\$ 78.236 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada...

15. Outros: A) Credores Diversos: Tabelas de Passivo Circulante e Não Circulante para Prestadores de Serviços, Subempreiteiros, etc.

B) Credores Recuperação Judicial: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 em relação ao plano de recuperação judicial...

16. Títulos a Pagar: Tabelas de Passivo Circulante e Não Circulante para Títulos a Pagar, com valores em R\$.

17. Forneecedor: O saldo com fornecedores, em 31 de dezembro de 2024, na controladora é de R\$ 2.017 (consolidado - R\$ 5.301)...

Lucro real: Tabelas de Lucro Real para Controladora e Consolidado em 2023 e 2024.

19. Programa de Parcelamento de Tributos: a. Lei nº 11.941/2009: De acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional...

Composição dos parcelamentos perdidos: Tabelas mostrando parcelamentos perdidos de tributos e reversão de benefícios.

Composição dos Parcelamentos Atuais: Tabelas de Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

Parcelas compensadas: Abaixo, demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal...

dos impostos compensados.

Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

b. Lei nº 10.522/2002: De acordo com a Lei nº 10.522/2002 - artigo 10-A, as controladas Pedrasul Construtora S.A. e a Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em 13 de novembro de 2019, ao parcelamento de Recuperação Judicial...

Consolidado: Tabelas de Balanço Patrimonial (CP, LP, CP+LP) em 31/12/2024.

c. Parcelamento Excepcional: A Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em setembro de 2021 ao parcelamento excepcional junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional...

Consolidado: Tabelas de Balanço Patrimonial (CP, LP, CP+LP) em 31/12/2024.

Consolidado: Tabelas de Balanço Patrimonial (CP, LP, CP+LP) em 31/12/2023.

20. Tributos Diferidos: A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável...

Consolidado: Tabelas de Balanço Patrimonial (CP, LP, CP+LP) em 31/12/2024.

21. Debêntures: Em 02 de Outubro de 2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão a Companhia apresentou proposta de repactuação compatível com fluxo de caixa atual...

Consolidado: Tabelas de Balanço Patrimonial (CP, LP, CP+LP) em 31/12/2024.

22. Impostos e Contribuições Sociais: Tabelas de Circulante e Não Circulante para Imposto Corrente, IRRF, PIS/COFINS, INSS/FGTS, etc.

Consolidado: Tabelas de Balanço Patrimonial (CP, LP, CP+LP) em 31/12/2024.

23. Provisões: Foi constituída considerando a opinião dos conselheiros jurídicos da Companhia, cujo montante é julgada suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis...

Consolidado: Tabelas de Balanço Patrimonial (CP, LP, CP+LP) em 31/12/2024.

Características dos montantes: Processos cíveis - referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros. Processos trabalhistas - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado...

Consolidado: Tabelas de Balanço Patrimonial (CP, LP, CP+LP) em 31/12/2024.

Em Recuperação Judicial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves - trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmiento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS. Consórcio TBS: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique/Av. Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) - trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS. Consórcio Viaduto Pinheiro Borda: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 51% na execução de serviços referentes ao Programa CREMA 1ª etapa na Rodovia BR/158 na cidade Santa Maria/RS. Consórcio Nova Bento: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS. Consórcio Travassói: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 97% na elaboração de projeto básico e execução das obras de duplicação, restauração de pista, implantação de ruas laterais e construção de obras de arte especiais. Consórcio Crema/Santa Maria: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 31,25% nas obras de Restauração e Manutenção de Rodovias - Crema - na Região de Santa Maria/Cachoeira do Sul. Consórcio Cânon Fortaleza: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução de serviços de pavimentação da estrada municipal CS-012, acesso ao Cânon Fortaleza, em Cambará do Sul/RS. Consórcio Sultepa/Conpassu: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução de serviços de recuperação de pavimentos em diversos logradouros de Porto Alegre/RS. Consórcio Nova 118: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 70% na execução de serviços na Rodovia ERS-118, trecho entre BR-116 (Sapucaia do Sul - Entr. BR-290 (Gravatá)), numa extensão de 1.400 km. Consórcio Renova POA: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50,01% na execução de obras de re-cuperação estrutural de pavimentos em diversos logradouros de Porto Alegre/RS do Plano de Requalificação de Vias Lote E-03C. Consórcio Nova Conexão: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Cai, conforme Edital 006/23 Município de Feliz. 25. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: O capital Social autorizado é de R\$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R\$ 130.000. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Quantidades: Tabelas de Quantidade e Valor para Titular, Ordinais, Preferenciais, etc.

b) Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício, nos termos do art.193 da Lei 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. c) Reserva de Retenção de Lucros: Foi constituída, em decorrência da atual situação da companhia, que encontra-se em recuperação judicial, uma reserva de retenção de lucros conforme art.196 da Lei nº 6.404/76. Na controlada, em 31 de dezembro de 2024 o saldo da Reserva de Retenção de Lucros é de R\$ 192.501. d) Reservas de Reavaliações: Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados. e) Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICP-10, onde em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 19.377 e em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 19.378. 26. Dividendos: Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia. 27. Resultado por Ação: De acordo com NBCTG 41(R1) - (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

31.12.2024 vs 31.12/2023: Tabelas de Resultado por Ação (Ordinárias, Preferenciais).

Resultado do exercício Média ponderada de ações emitidas (em milhares) Resultado por ação - básico e diluído

28. Instrumentos Financeiros: a) Gerenciamento de capital - A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme amplamente divulgado nas notas explicativas nº 14 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia são administrar o seu capital não os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. b) Práticas contábeis significativas - os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriações das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 2. c) Categorias dos instrumentos financeiros - A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Controladora vs Consolidado: Tabelas de Valor Contábil e Valor de Mercado em 31.12.2024 e 31.12.2023.

Ativos Financeiros: Empréstimos e recebíveis: Tabelas de Caixa e equivalentes de caixa e Clientes em 2024 e 2023.

Passivos Financeiros: Tabelas de Outros Passivos e Empréstimos em 2024 e 2023.

d) Risco de crédito - a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantêm um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa. e) Risco de mercado - Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública. Recentemente, foi o risco de RDC - Regime Diferenciado de contratação que se constituiu em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC. Uma das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução. Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra. Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e consequentemente da própria formação dos preços. Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas. Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços. É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional. f) Risco de liquidez - Representa a possibilidade de descausamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures. A seguir, são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros, os

31.12.2024 vs 31.12/2023: Tabelas de Vencimentos de Passivos Financeiros e Debêntures.

continua